DocuSign Envelope ID: E1BEFF9F-9C6E-4926-9025-DF87D03AC37A

Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF n° 19.082.754/0001-66

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2023. A receita líquida atingiu R$ 16.247 em 2023 e era de R$ 17.230 em 2022. A Companhia apurou um lucro de R$ 604 em 2022 ante um prejuízo de R$ 742 no ano anterior. O lucro decorre, substancialmente, do aumento das receitas financeiras proveniente dos rendimentos de aplicações financeiras e redução das despesas financeiras relativas aos juros de cessão de recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido era R$ 40.860. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 27 de março de 2024. A ADMINISTRAÇÃO

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.320	8.608
Contas a receber	7	1.626	1.872
Estoques		594	294
Tributos a recuperar	8	719	598
Partes relacionadas	9		6
Despesas antecipadas		285	
Outras contas a receber			1
Total do ativo circulante		**10.544**	**11.379**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	8	77	139
Depósitos judiciais	13	30	18
Tributos diferidos	10	569	539
		676	**696**
Imobilizado	11	81.671	81.737
Total do ativo não circulante		**82.347**	**82.433**
Total do ativo		**92.891**	**93.812**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	12	3.726	490
Partes relacionadas	9	8.991	9.251
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		800	472
Provisão de ressarcimento	13	16.344	15.001
Total do passivo circulante		**29.861**	**25.214**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	19.069	23.819
Provisão de ressarcimento	13	2.116	3.789
Provisão para desmobilização	13	985	734
Total do passivo não circulante		**22.170**	**28.342**
Total do passivo		**52.031**	**53.556**
Patrimônio líquido	14		
Capital social		41.657	41.657
Prejuízos acumulados		(797)	(1.401)
Total do patrimônio líquido		**40.860**	**40.256**
Total do passivo e patrimônio líquido		**92.891**	**93.812**

Demonstração do resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	15	16.247	17.230
Custo do serviço de energia elétrica	16	(8.488)	(8.226)
Lucro bruto		**7.759**	**9.004**
Despesas gerais e administrativas	17	(1.389)	(1.287)
Outros ganhos (perdas), líquidos	17	(718)	(1.676)
Lucro operacional		**5.652**	**6.041**
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		1.066	422
Despesas financeiras		(5.312)	(6.532)
		(4.246)	**(6.110)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**1.406**	**(69)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(802)	(673)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**604**	**(742)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	14	**0,01**	**(0,02)**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	604	(742)
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	**604**	**(742)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2022	**34.657**	**(659)**	**33.998**
Aumento de capital	7.000	-	7.000
Prejuízo do exercício		(742)	(742)
Em 31 de dezembro de 2022	**41.657**	**(1.401)**	**40.256**
Lucro líquido do exercício		604	604
Em 31 de dezembro de 2023	**41.657**	**(797)**	**40.860**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		1.406	(69)
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação	16	4.159	4.132
Baixa de ativo imobilizado	11	718	2.168
Juros partes relacionadas	18	4.645	5.800
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	15e18	6.332	3.747
Atualização financeira de provisão de desmobilização	18	93	133
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		246	(150)
Estoques		(300)	(76)
Tributos a recuperar		(59)	(153)
Partes relacionadas		66	(1.259)
Despesas antecipadas		(285)	2
Depósitos judiciais		(12)	(10)
Outras contas a receber		1	283
Fornecedores		(367)	176
Provisão de ressarcimento		(6.662)	
Tributos a pagar		332	(28)
Caixa gerado nas operações		**10.313**	**14.696**
Juros pagos a partes relacionadas	9	(4.644)	(6.294)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(836)	(683)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.833**	**7.719**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	11	(1.050)	(4.869)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(1.050)**	**(4.869)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital			7.000
Partes relacionadas - pagamento de cessão de recebíveis	9	(5.071)	(6.873)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(5.071)**	**127**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(1.288)	2.977
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**8.608**	**5.631**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**7.320**	**8.608**

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 21.

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Santa Joana X") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 3 de outubro de 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A. A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de Santa Joana X, com 29,6 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Controladora") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pela KKR Creteaceous Aggregator GP LLC. Em 23 de agosto de 2013, o consórcio formado pelos acionistas da Companhia, venceu o Leilão de Energia de Reserva no 05/2013, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), expostas no edital Leilão no 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76. Em 27 de agosto de 2015 a Companhia entrou em operação comercial, em cumprimento ao Contrato de Energia de Reserva ("CER") assinado.

A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

SPE	Portaria MME	Termino das outorgas
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 106, de 18 de março de 2014	Março de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* ("PPA") com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (Mwh)	Energia assegurada Mwh/Ano	Inicio	Término
Ventos de Santa Joana X	Piauí	Marcôlandia	29,60	140.160	Setembro de 2015	Agosto de 2035

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de março de 2024. **1.2 Situação financeira:**

	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo circulante	10.544	11.379
(-) Total do passivo circulante	(29.861)	(25.214)
Capital circulante líquido	**(19.317)**	**(13.835)**

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2023, decorre substancialmente do passivo circulante de empréstimo – cessão de recebíveis (nota 9) e provisões de ressarcimento (nota 13). A avaliação da administração, com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses, indica que a Companhia precisará de um reforço de caixa para honrar suas obrigações de curto prazo. Desde setembro de 2023 foi retomada a cobrança dos ressarcimentos que estavam suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019 (nota 1.3 (a)), e o pagamento dessas parcelas dos ressarcimentos implica em um esforço de caixa adicional. A Companhia vem acompanhando a situação de cumprimento das cláusulas restritivas do contrato de financiamento de sua Controladora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e da escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples ("Debêntures") de sua Controladora. Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2023 não foi atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 1,20 exigido no contrato de financiamento do BNDES e na escritura de Debêntures. Considerando os descumprimentos de ICSD em 2023 e anos anteriores, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado exigido. Entretanto, independente do vencimento antecipado da dívida ser ou não exigido no curto prazo, as projeções de fluxo de caixa realizadas para os próximos 12 meses indicam que a Controladora precisará de um reforço de caixa para honrar suas obrigações de curto prazo. Em 4 de dezembro de 2023 foi celebrado um contrato de compra e venda de quotas que resultará na alienação total, de forma indireta, da participação societária detida pela ContourGlobal do Brasil Holding Ltda. no capital social da Companhia. Na mesma data a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras exerceu seu direito de venda conjunta (tag along) de sua participação acionária na Controladora. Após a conclusão da operação, sujeita a condições precedentes usuais às transações dessa natureza, a Companhia passará a ser controlada pela Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., empresa controlada por fundos geridos pelo Pátria Investimentos. Mediante os fatos apresentados, a Controladora está com tratativas em andamento junto aos credores, entre outros assuntos, sobre troca de controle indireto da Companhia, não atingimento do ICSD e eventuais aportes de capital necessários. **1.3 Principais eventos ocorridos no exercício de 2023: (a) Pagamento de ressarcimento:** Em 2023, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), a Companhia pagou o valor de R$ 6.393 que se refere a parte do saldo da conta de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus Contratos de Energia de Reserva ("CER") e que havia sido suspenso pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. **(b) Contrato de compra e venda ContourGlobal e Controladora:** Em 04 de dezembro de 2023, a ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L. ("Terra 3"), sócia controladora da ContourGlobal do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") que por sua vez é acionista controladora indireta da Companhia, celebrou contrato de compra e venda de quotas com a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., empresa controlada por fundos geridos pelo Pátria Investimentos, para a alienação da totalidade do capital social da ContourGlobal e, de forma indireta, da totalidade da participação societária detida pela ContourGlobal nos capitais sociais de suas subsidiárias, que incluem a Companhia. Na mesma data a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras exerceu seu direito de venda conjunta (tag along) de sua participação acionária na Controladora. A conclusão da operação está sujeita à verificação ou renúncia de condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo a obtenção das aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e do BNDES. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais. **2.1.2 Novas normas emitidas e revisões às normas contábeis ainda não aplicáveis: CPC 26(R1) e CPC40 - Acordos de Financiamento de Fornecedores** - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. **CPC 06(R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de *"Sale and Leaseback"*** - a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação. **CPC 26 (R1)** - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com *Covenants*. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldos em aberto de ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. **(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita:** No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual (nota 13(b)). **(b) Provisão de desmobilização:** Os valores da provisão de desmobilização, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta ajustado ao valor presente da Companhia (nota 13(a)). **4. Gestão de risco: 4.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se ao saldo de Partes relacionadas e à Conta Ressarcimento. A Companhia possui como ativos financeiros: saldos em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outras contas a receber. As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros praticadas no mercado, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela área financeira, seguindo as políticas da Companhia. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária	Empréstimos – Cessão de recebíveis	Análise de sensibilidade	Projeção do serviço da dívida da Controladora Cenários de rating de crédito (cenários de estresse)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Banco de primeira linha Monitoramento dos limites de crédito e *ratings*
Risco de liquidez	Empréstimos – Cessão de recebíveis e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Aumento de capital pelo acionista

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 de ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos quotistas e beneficiar às outras partes interessadas. A Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios com sua controladora Chapada do Piauí I Holding S.A. devido ao aporte de parte dos recursos obtidos pela controladora por meio de contrato de financiamento junto ao BNDES, o respectivo financiamento é remunerado a uma taxa de juros de 2,18% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Com essa exposição a taxa variável, as variações representam a Companhia um risco de fluxo de caixa. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem no mínimo um rating de crédito BB- pela agência *S&P Global Ratings*, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração. A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha CDBs e caixa disponível de R$ 7.320 (R$ 8.608 em 31 de dezembro de 2022). Tal saldo com liquidez diária pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos				
	Até 12 meses (i)	13 a 24 meses (i)	25 a 60 meses (i)	Acima de 61 meses (i)	Total
31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	3.726				3.726
Partes relacionadas	8.991	3.467	5.201	10.401	28.060
Provisão de ressarcimento	16.344	2.116			18.460
31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	490				490
Partes relacionadas	9.251	4.331	6.496	12.992	33.070
Provisão de ressarcimento	15.001	3.492	297		18.790

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas e provisão de ressarcimento. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e financiamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures e financiamento. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumarizados:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Total de empréstimo - cessão de recebíveis (partes relacionadas)	9	26.860	31.931
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(7.320)	(8.608)
Dívida líquida		**19.540**	**23.323**
Total do patrimônio líquido	14	40.860	40.256
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		**60.400**	**63.579**
Índice de alavancagem financeira - %		**32%**	**37%**

4.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **(c) Mudanças climáticas:** Os parques eólicos da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **(d) Riscos de liquidação dos ressarcimentos:** Em 2023 a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CER, cujo montante estimado para os próximos 12 meses é de R$ 16.344, impactando assim uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CER no referido período. Dessa forma, estimamos que a Companhia necessitará de um reforço de caixa. **5. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Ativos financeiros:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado. **Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo: **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" e "Outras contas a receber"

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.320	8.608
Contas a receber	7	1.626	1.872
Partes relacionadas	9		6
Outras contas a receber			1
Ao custo amortizado		**8.946**	**10.487**

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **(i) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) *Impairment* de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Partes relacionadas	9	28.060	33.070
Fornecedores	12	3.726	490
Provisão de ressarcimento	13	18.460	18.790
Ao custo amortizado		**50.246**	**52.350**

As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. Não houve mudança na classificação dos passivos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em banco e em caixa	18	1.280
Recursos em aplicações financeiras	7.302	7.328
	7.320	**8.608**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 referiam-se a operações compromissadas com CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados à uma taxa média de 99% (99% em 31 de dezembro de 2022) do CDI, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas

DocuSign Envelope ID: E1BEFF9F-9C6E-4926-9025-DF87D03AC37A

Continuação ➢

	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(6)	(3)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(962)	(901)
Custo de operação (a)	(7.520)	(7.322)
	(8.488)	**(8.226)**

(a) Custo de operação:

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(437)	(319)
Manutenções	(122)	(165)
Materiais e serviços de terceiros	(2.802)	(2.706)
Depreciações e amortizações	(4.159)	(4.132)
	(7.520)	**(7.322)**

17. Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(174)	(227)
Seguros	(290)	(218)
Comunicações	(13)	(40)
Viagens	(15)	(14)
Despesas Tributárias	(17)	(11)
Projetos sociais	(93)	(16)
Outras despesas operacionais	(27)	(31)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	(718)	(1.676)
Despesas compartilhadas	(760)	(730)
	(2.107)	**(2.963)**

(i) O saldo da rubrica é composto substancialmente por baixas de ativo imobilizado. **18. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre cessão de recebíveis são reconhecidas conforme previsto contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem preponderantemente os valores de atualizações financeiras.

Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.066	422
	1.066	**422**
Despesas financeiras		
Despesas financeiras cessão de recebíveis (nota 9)	(4.645)	(5.800)
Atualização financeira de desmobilização	(93)	(133)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	(472)	(474)
Outras despesas financeiras	(102)	(125)
	(5.312)	**(6.532)**
Resultado financeiro	**(4.246)**	**(6.110)**

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS. **19. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Companhia são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com energia	**16.616**	**21.261**
Receita de energia	22.738	21.111
Desconto concedido	(6.222)	
Provisão de receita de energia	100	150
Provisão de ressarcimento	**362**	**(3.273)**
Provisão de ressarcimento	(5.860)	(3.273)
Desconto concedido	6.222	
Receita Gerada	**16.978**	**17.988**
Receitas financeiras	1.066	422
Outras receitas	(10)	
Bases de cálculo		
Receitas		
IRPJ	2.377	2.111
Adicional IRPJ	2.137	1.871
CSLL	3.038	2.955
Provisões		
IRPJ	37	(250)
CSLL	55	(375)
Cálculo dos impostos		
Receitas	**(844)**	**(770)**
IRPJ – 15%	(357)	(317)
IRPJ adicional – 10%	(214)	(187)
CSLL – 9%	(273)	(266)
Provisões	**42**	**97**
IRPJ – 15%	(6)	38
IRPJ adicional – 10%	(4)	25
CSLL – 9%	(5)	34
Ajustes atualização despacho nº 2.303/2019	57	
Corrente	(844)	(770)
Diferido	42	97
Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido	**(802)**	**(673)**

20. Compromissos:

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	107	1.371	7.927	9.405
Contrato de manutenção GE (ii)	2.051	1.412		3.463
Contrato de transmissão (iii)	1.044	7.019	8.391	16.454
Comissão de fiança (iv)	85	341	288	714
	3.287	**10.143**	**16.606**	**30.036**

(i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **(ii) Contrato de Manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **(iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **(iv) Comissão de fianças:** Comissão de fiança é exigida contratualmente para garantia do pagamento da tarifa de transmissão (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST). Essa fiança é emitida para o Operador Nacional do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O compromisso ligado à essa fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica. **21. Atividade de investimento não envolvendo caixa:** A atividade de investimento descrita abaixo não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos da Companhia. De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Principais transações que não afetaram o caixa	**31/12/2023**
Aquisição de bens ativo imobilizado	3.603

22. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R$ 250.000 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R$ 50.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas com as demais companhias controladas diretas e indiretamente pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado pela auditoria).

Diretor: **Daniel Pastro** Contador: **Cristiano Pavane** - CRC 1SP271178/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 19.317 mil. Essa situação e o fato da Companhia depender de eventuais aportes de capital da sua controladora Chapada do Piauí I Holding S.A., sendo que esses eventuais aportes estão condicionados à melhora da situação financeira da Controladora, que por sua vez não atingiu os índices descritos nas cláusulas restritivas (*covenants*) dos seus contratos de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com debenturistas e não obteve *waiver* para suspender a exigibilidade das dívidas no curto prazo, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.- CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 28/03/2024 00:55:55 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
F30028BECACE477...